

## O ESTADO DA ARTE SOBRE A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL E AS REPERCUSSÕES NA FAMÍLIA E NA ESCOLA (2004 – 2014)

AIALA, Débora Karina<sup>1</sup>

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes<sup>2</sup>

**RESUMO:** A fim de discutir a sexualidade da pessoa com deficiência mental e as repercussões familiares e escolares que ocorrem nesse contexto, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de levantar o estado da arte a partir de trabalhos científicos publicados na plataforma Scielo, Periódicos Capes e Bireme, que compreenderam os anos de 2004 - 2014. Nesse artigo, fizemos a análise dos trabalhos científicos que tratam da questão da sexualidade do deficiente mental e como os pais e educadores enfrentam essa situação. Os trabalhos analisados mostram que são inúmeros os desafios que a pessoa com deficiência mental encontra, desde a sua inserção social de maneira geral até a inclusão mais específica dentro de determinados grupos. Também percebemos que a deficiência mental está atrelada a uma série de mitos e tabus, incluindo nisso a sexualidade. Essa, por sua vez se faz presente no ser humano desde o seu nascimento e segue participando de todo o processo de constituição do sujeito. A família e a escola também se fazem presentes nesse cenário por serem importantes no processo de desenvolvimento na trajetória de vida das pessoas. A revisão da literatura aponta que o desenvolvimento da sexualidade se dá por igual nas pessoas com e sem deficiência, mas que, no entanto, são atribuídas representações diversas a esses dois grupos. Concluímos que os debates entre pais e educadores devem ser ampliados para que pessoas com deficiência mental consigam viver e conviver com sua sexualidade menos estigmatizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação. Sexualidade. Deficiência Mental.*

**RESUMEN:** Con el fin de discutir la sexualidad de la persona con deficiencia mental y las repercusiones familiares y escolares que ocurren en ese contexto, se realizó una investigación con el objetivo de visualizar el estado del arte a partir de artículos científicos publicados en la plataforma Scielo, Periódicos Capes y Bireme, que comprendieron los años 2004 - 2014. En este artículo, hicimos el análisis de los trabajos científicos que tratan de la cuestión de la sexualidad del deficiente mental y cómo los padres y educadores enfrentan esa situación. Los estudios analizados muestran que son numerosos los desafíos que la persona con deficiencia mental encuentra, desde la inserción social de manera general hasta la inclusión más específica dentro de ciertos grupos. También percibimos que la deficiencia mental está vinculada a una serie de mitos y tabúes, incluso la sexualidad. Esa, por su vez se hace presente en los seres humanos desde el nacimiento y continúa participando del proceso de constitución del sujeto. La familia y escuela también están presentes en ese escenario porque son importantes en el proceso de desarrollo de la trayectoria de vida de las personas. La literatura señala que el desarrollo de la sexualidad se produce por igual en personas con y sin deficiencia, sin embargo, son atribuidas diversas representaciones a estos dos grupos. Concluimos que las discusiones entre los padres y educadores deben ampliarse para que personas con deficiencia mental sean capaces de vivir y convivir con su sexualidad menos estigmatizados.

**PALABRAS-CLAVE:** *Educación. Sexualidad. Deficiencia Mental.*

---

<sup>1</sup> Acadêmica da 9ª fase do curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus Realeza/PR.*

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus Realeza/PR.* Orientador da acadêmica Débora Karina Aiala, no artigo elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso.

## **Introdução**

As pessoas com deficiência mental são por inúmeras vezes estigmatizadas, sua inclusão na sociedade passou por diversas transformações, desde a aceitação até a asseguaração de seus direitos, entre esses, está a sexualidade, que é costumeiramente pensada no campo da anormalidade. Em razão de que o tema é complexo e multifatorial, pensá-lo isoladamente é ilusório, pois ele se constitui por um processo contínuo biológico, fisiológico, social e cultural. Portanto, é necessário diferenciar a sexualidade do instinto sexual e aceitar que ela está presente desde o nascimento e segue participando por toda a vida. A vida sexual de cada indivíduo está diretamente ligada ao meio sócio-histórico-cultural em que ele está inserido e não apenas a determinação de sexo.

Ainda abordada como um tabu, a sexualidade sugere diversas concepções, desde as mais emancipatórias até as mais conservadoras, na maioria das vezes. Ao pensar a sexualidade na deficiência mental verifica-se uma relação de problemas carregados de mitos e tabus, pois esses sujeitos acumulam experiências de desaprovações no que diz respeito ao corpo material e simbólico. Fatores de vulnerabilidade se desenvolvem devido a uma série de equívocos vinculados a sexualidade desses indivíduos, que ora são denominados como infantis e ora exagerados, devido aos conhecimentos insatisfatórios e a falta de informação no que se refere à temática.

A deficiência mental é atribuída às pessoas que possuem duas limitações ou mais nas áreas de habilidades, como: audição, visão, relacionamento, segurança, autocuidado entre outras aptidões (AMARAL 2004; MORALES 2008). O nascimento de um filho com deficiência mental pode desencadear uma série de impactos e frustrações nos pais, pois ela configura-se como um momento crítico e que irá demandar mudanças familiares, sociais e psicológicas. Ao se tratar da sexualidade desse sujeito, tanto família como escola apresentam dificuldades com a inserção desse indivíduo na temática, pois, por muitas vezes ela é vista como inexistente, ou ainda, exacerbada. Muitos pais e educadores padecem com a inabilidade em tratar do assunto com o filho ou filha com deficiência mental.

O propósito desse artigo foi investigar como a literatura especializada aborda o papel da família e da escola na sexualidade de jovens com deficiência mental. Uma busca foi realizada no

banco de artigos e trabalhos científicos: Periódicos Capes; Scielo e Plataforma Bireme entre os anos de 2004 - 2014 com os descritores: *sexualidade, deficiência mental, família, educadores e escola*. Essas descrições foram cruzadas e levantou-se um total de 1.495 trabalhos científicos relacionados à temática, levando em consideração que alguns se repetiram. Foram elencados vários desses trabalhos para leitura e reflexão, mas somente 9 (nove) foram selecionados para análise nesse trabalho.

A busca realizada nesses portais se deu sobre a relevância de serem três importantes sítios de divulgação científica do Brasil e de vários países da América Latina, e também, que grande parte dos pesquisadores a eles recorrem, tanto para publicar, como para fazer levantamento de bases bibliográficas. Os três disponibilizam buscas avançadas em todas as áreas de conhecimento, sendo um facilitador na hora da pesquisa.

Parte dos artigos tratavam de revisões bibliográficas e outra de pesquisas de campo, percebemos que em todos os trabalhos analisados os autores concordam de maneira geral no que diz respeito à sexualidade da pessoa com deficiência mental, em que são na maioria das vezes infantilizados quanto a sua sexualidade, ou então, que são desprovidos dela. Consideram também que tanto família como escola não tem habilidades suficientes para trabalhar o assunto com esse grupo específico e por isso, por diversas vezes, estes sofrem com o estigma e o preconceito.

Neste artigo, primeiramente abordamos como foi a educação de pessoas com deficiência no Brasil, desde a colonização até os dias de hoje, fizemos um recorte histórico sobre o tema. Em seguida, tratamos sobre a sexualidade e como ela constitui-se nos grupos humanos, principalmente na pessoa com deficiência mental e também como os pais e educadores veem e trabalham o assunto. Detalhamos como foram feitas as buscas para constituição do estado da arte do tema. Além disso, quantificamos os trabalhos científicos encontrados, o método de exclusão e seleção e também a divergência e convergência existente nas pesquisas analisadas.

### **Deficiência e Inclusão: Um recorte histórico**

A deficiência mental é atribuída às pessoas que diferem dos padrões da normalidade socialmente construídos. Ela vem sendo discutida historicamente desde a antiguidade, momento em que a perfeição do indivíduo era valorizada. O conceito de deficiência mental é o funcionamento do intelecto inferior à média, normalmente acompanhada de pelo menos duas

limitações nas áreas de habilidades como: audição, visão, comunicação, relacionamento, trabalho, segurança, autocuidado, vida doméstica, entre outras aptidões (AMARAL, 2004; MORALES, 2008). Contudo, a deficiência não pode ser confundida com incapacidade, pois o conceito de incapacidade sugere a negação de um funcionamento decorrente do ambiente físico, por exemplo, em que uma pessoa com deficiência auditiva que não dispõe de um intérprete em libras, fica incapacitada de participar do meio em que está inserido.

A educação das pessoas com deficiência no Brasil passou por longas transformações no decorrer do tempo. Em um estudo feito por Gilberta de Martino Jannuzzi (2012), constatou-se praticamente a inexistência da educação desses jovens no período da colonização até o início do século XX. Nos primórdios, a sociedade era predominantemente agrícola e somente cerca de 2% da população eram escolarizados, já as pessoas com deficiência obtinham apenas conhecimentos de trabalhos manuais, essa educação foi pouco a pouco desenvolvida com o apoio de pessoas interessadas e respaldadas pelo governo, mesmo que ainda de forma bastante limitada.

Por volta de 1890, o eixo científico da educação das pessoas com deficiência passou a ser mais valorizada. As instituições de ensino começaram a destacar-se por viabilizar o ensino, no entanto, as crianças ainda eram mantidas isoladas das demais mesmo que o enfoque fosse a educação em coletividade.

Essas crianças deveriam ser educadas em classes separadas, não só porque elas não aprendiam com e nem como os normais, mas também porque por vezes se viciam, e, o que é pior, impedem que as crianças normais aproveitem convenientemente a instrução que lhes é proporcionada (JANNUZZI, 2012. p. 40).

A educação baseava-se primariamente em questões governamentais, ou seja, correspondia a uma lei de “ordem e progresso”, em que esses indivíduos recebiam ensinamentos em salas de aulas separadas, assim, não atrapalhavam o desenvolvimento dos outros alunos e também de certo modo, não se tornariam perturbadores da ordem social.

A defesa desta educação foi feita em nome de “ordem e progresso”, pois que evitaria a germinação de criminosos, desajustados de toda a espécie, mas também em função do normal, não só porque a convivência o atrapalharia, como também o desenvolvimento de melhores meios e processos faria avançar a educação de todos (Idem, 2012. p. 41).

Com o início do século XX, a sociedade passou a se preocupar mais com a educação das pessoas com deficiência, por volta de 1930 ela organizou-se de forma a desencadear ações visando mais atenção com esse alunado. Para isso, foram criadas escolas junto a hospitais e instituições de ensino regular. Além disso, a preocupação passava a ser mais pedagógica e nesse cenário, foi importante a presença da pedagoga russa Helena Antipoff, que se consolidou como pioneira na introdução da educação especial no Brasil, fundando em 1934 a Sociedade Pestalozzi em Minas Gerais. E em 1954 com a vinda do casal Beatrice e George Bemis para o Brasil, fundou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) no Rio de Janeiro (JANNUZZI, 2012). Em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também se voltou aos excepcionais assegurando que os alunos com deficiência fossem inseridos, na medida do possível, na educação regular.

Jannuzzi (2012) encerra seu estudo enfatizando os avanços na educação especial, principalmente em 1973 com a criação do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial). Esse foi o primeiro órgão federal de política específica para o ensino de pessoas com deficiência. Após esse período, outros órgãos e organizações filantrópicas se destacaram consolidando a escolarização desses.

Em junho de 1994, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, reafirmaram por meio da Declaração de Salamanca, na Espanha, o compromisso com a Educação para Todos, em que reconheceram a necessidade e a urgência da educação de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Esta Declaração, além de afirmar que as escolas devem acolher todas as crianças, não importando suas condições físicas, mentais e/ou sociais, enfatiza que assim estará contribuindo na construção de uma sociedade menos discriminatória e inclusiva, como disposto no item dois do referido documento:

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. p. 1).

A mais recente Lei de Diretrizes e Bases, também garante “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede

regular de ensino” (BRASIL, 1996. p. 2). Ainda, dispõe no capítulo cinco da lei, serviços de apoio especializado em função das condições específicas de cada aluno, como também a oferta de educação especial com início a partir de zero até cinco anos na educação infantil. Conforme disposto no Artigo 58 da LDB 9.394/1996: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996. p. 21).

Assim sendo, somos levados a pensar na interação e socialização que compõem a inclusão de pessoas com deficiência, e como parte integrante desses aspectos a discussão da sexualidade se torna indispensável. Esta, por sua vez compreende comportamentos sociais e interpessoais (PINHEIRO, 2004; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011), portanto, para se cumprir a Declaração de Salamanca e a LDB, será necessário considerar a sexualidade do portador da deficiência mental, enfrentar a polêmica e debater a temática.

### **Sexualidade e o processo de constituição do sujeito**

Pensar a sexualidade no processo de constituição do sujeito requer pensá-la desde os primórdios quando ainda não era considerada um tabu, e que com o passar dos tempos foi se consolidando como algo tratado na esfera privada e controlado pelo saber científico. Hoje vivemos em uma sociedade que desperta muita curiosidade pelo sexo, questionando, ouvindo e falando sobre, com a intenção na maioria das vezes, sanar as dúvidas e questionamentos, “não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber” (FOUCAULT, 2013, p.87). A sexualidade serve como um ponto de comunicação, dadas às relações de poder entre homens e mulheres, jovens e velhos, pais e filhos, professores e alunos etc. Portanto, no que se refere à sexualidade, temos uma relação de saber e poder:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação de corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2013. p. 116-117).

O desenvolvimento da sexualidade é uma etapa fundamental para o ser humano, ela está presente no indivíduo desde o seu nascimento e pensá-la isoladamente seria ilusório. A sexualidade não é somente o instinto sexual e suas práticas envolvendo o órgão genital. Ela configura-se de acordo com a história individual de cada ser humano, portanto, a sexualidade distingue-se do sexo, como afirma Eduardo Ravagni:

Como se comprova a resolução biológica, assim, define-se o sexo do sujeito, porém não poderia definir a sua sexualidade, uma vez que ela não pode ser separada do contexto no qual o ser humano cresce e se desenvolve, inferindo-se que a orientação sexual, que guia a vida dos seres humanos, não está apenas relacionada a sua anatomia genital (RAVAGNI, 2007. p. 72).

Por essa razão, vale ressaltar que a educação sexual deve ser promovida em diferentes âmbitos sociais, seja em casa, na escola, numa roda de amigos ou em ambientes mais formais, pois a educação sexual surge pelos processos culturais contínuos que estão em constantes transformações, são as atitudes e informações assimiladas na área da sexualidade desde o nascimento. Já a orientação sexual surge da oferta formal de informações, é a ampliação e o acesso ao conhecimento, tendo a participação de profissionais especializados no assunto (AMARAL, 2004).

De encontro a isso temos os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997), por meio dos *Temas Transversais*, que subsidiam as escolas nessa orientação e complementam a educação oferecida pelos pais em casa, pois o papel da escola é oferecer informações corretas sobre os conceitos de sexualidade humana (MORALES, 2008).

[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 1997. p. 83).

Todo ser humano é um ser sexuado, seja ele portador de alguma deficiência ou não, a vivência da sexualidade está diretamente ligada ao crescimento e ao desenvolvimento do indivíduo. Portanto, “a pessoa com deficiência intelectual é vista como sujeito de direitos e, entre eles, inclui-se o exercício da sexualidade” (MORALES, 2008. p. 14). No entanto, na maioria das

vezes a sexualidade da pessoa com deficiência é encarada pela sociedade como algo totalmente avesso a normalidade.

Alain Giami (2004) desenvolveu um vasto estudo que engloba situações representativas às características sexuais atribuídas como: “monstruosidade” e “anormalidade”; funções de responsabilidade, vigilância e educação que são atribuídas à família e a escola; atos sexuais como a masturbação encarados como consequência da doença mental; e a negação da genitalidade<sup>3</sup> (GIAMI, 2004). Essas definições permanecem fortalecidas pela bipolaridade da representação da sexualidade das pessoas com deficiência mental, “desse modo, eles são “anjos” que não têm atividade sexual [...] ou então, eles são “bestas” e sua sexualidade não é controlável nem por eles, nem pelas pessoas que os cercam” (GIAMI, 2004. p. 21).

A deficiência e a sexualidade conjuntamente potencializam a discriminação, uma vez que estes dois termos atrelados somam-se carregados de mitos e tabus, pois “as pessoas com deficiência, em sua maioria, acumulam experiências de desaprovação, frustração e dor, tanto no corpo material, quanto no corpo simbólico” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009. p. 46). Enquanto a sexualidade é um tabu para muitos, atrelada à deficiência, o preconceito é duplo, uma série de equívocos vinculados à sexualidade desses sujeitos determinam que ora ela é infantilizada e ora exagerada (AMARAL, 2004; GIAMI, 2004). Devido a esses extremos seus conhecimentos sobre sexualidade, funções corporais, reprodução, métodos anti-contraceptivos etc se tornam na maioria das vezes insuficientes. A falta de informações deixa-os vulneráveis a eventuais abusos sexuais, contágio de doenças sexualmente transmissíveis e a uma possível gravidez, tornando assim um fator de agravo em relação à vulnerabilidade dessas pessoas (AMARAL, 2004; GIAMI, 2004; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009; MORALES e BATISTA, 2010).

Em documento organizado pelo Ministério da Saúde (2009), reuniu diversos documentos que destacam vários direitos relacionados às pessoas com deficiência, entre eles está à garantia dos direitos sexuais. Conforme:

Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do (a) parceiro (a); direito de escolher o (a) parceiro (a) sexual; direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física; direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade,

---

<sup>3</sup> Consideramos aqui genitalidade relativa aos órgãos genitais, ou seja, diferente de sexualidade, que tem um significado mais abrangente. A genitalidade está diretamente ligada à atração genital.

entre outras; direito de ter relação sexual independente da reprodução; direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/Aids; direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação; direito à informação e à educação sexual e reprodutiva (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009. p. 32).

## **Representação da família e dos educadores na promoção da sexualidade da pessoa com deficiência mental**

A família<sup>4</sup> compõe o primeiro universo de relações sociais do ser humano, por isso ela desempenha a importante função de transmitir bens culturais como valores e atitudes ao longo do desenvolvimento da criança (AMARAL, 2004; DESSEN e POLONIA, 2007; GOITEIN e CIA, 2011; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011). Ela é uma instituição social que deve assegurar o bem estar de seus membros, o que inclui proteção, transmissão de valores, crenças, entre outros aspectos.

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva (DESEN e POLONIA, 2007. p. 22).

O nascimento de um filho com deficiência mental pode desencadear impacto e frustrações nos pais, configurando-se como um momento crítico que demanda mudanças familiares, sendo também possível o desejo de procurar por uma resposta para o acontecido, o qual por vezes é pensado como um castigo divino ou forma de punição (AMARAL, 2004; GOITEIN e CIA, 2011). E ao se tratar de uma criança com deficiência mental a proteção e assecuração do bem estar podem ser ainda mais delicadas e complexas, sobretudo, entre as famílias que infantilizam os jovens portadores de necessidades especiais (PINHEIRO, 2004; MORALES e BATISTA, 2010; GOITEIN e CIA, 2011). Mesmo os pais demonstrando interesse em participar na promoção dos direitos à sexualidade e da vida afetiva do filho portador da deficiência mental, há uma série de dificuldades nesse cenário, como afirma Alain Giami:

---

<sup>4</sup> Consideramos família o conjunto de pessoas que vivem na mesma casa formando um lar.

A questão da sexualidade parece constituir para os pais uma ameaça profunda que viria recolocar em questão seus projetos e sua ingerência sobre o deficiente. A negação da sexualidade permite aos pais manter presente a imagem do deficiente como uma eterna criança (GIAMI, 2004. p. 76-77).

No que diz respeito à escola, ela constitui um espaço de aprendizagem e desenvolvimento diversificado, ou seja, reúne diversos tipos de conhecimentos, valores, regras, atividades etc. O sistema escolar engloba pessoas com características distintas que compõem um ambiente multicultural, e uma de suas tarefas é preparar o indivíduo, contribuindo para o processo do desenvolvimento e inseri-lo na sociedade. Compete à escola proporcionar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social, e cultural do ser humano.

É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela [...] a escola emerge, portanto, como uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para a evolução da sociedade e da humanidade (DESSEN e POLONIA, 2007. p. 25).

No que tange a sexualidade e a deficiência mental, os trabalhos analisados mostram que pais e educadores estabelecem uma relação de negação, pois os pais tendem, na maioria das vezes, infantilizar o filho, mesmo ele sendo adulto, e os educadores os consideram exibicionistas, principalmente quando presenciam atos sexuais como a masturbação (GIAMI, 2004).

A infantilização e o isolamento social prejudicam a auto-estima e a imagem corporal das pessoas com deficiência mental, assim como o sentimento de inferioridade e a vergonha de parecer “diferente” atrapalham o processo de integração social e, conseqüentemente, a possibilidade de uma vida amorosa plena e satisfatória (AMARAL, 2004. p. 21).

A família exerce fundamental importância na educação sexual de seus filhos, pois as noções de valores, concepções de mundo e autoimagem estão diretamente ligados ao núcleo familiar (AMARAL, 2004). “O comportamento dos pais como casal, os tipos de relações estabelecidas com os filhos, palavras utilizadas, recomendações, expressões, gestos e proibições, transmitem valores que são incorporados pela criança” (AMARAL, 2004. p. 24). No entanto, ao se tratar da educação sexual do filho, seja com deficiência mental ou não, muitos pais não se sentem preparados para essa tarefa e acabam por negar tais informações, ou então, delegar à

escola tal atividade. Mas, por vezes, nem os educadores estão preparados para sanar as dúvidas desses jovens.

[...] grande parte dos educadores não se sente preparado para a abordagem de temas relacionados à sexualidade, devido ao déficit dessa área na sua formação [...]. A abordagem da sexualidade suscita, assim, necessidades específicas de formação e, infelizmente, essa formação ainda não advém dos programas de formação inicial. É necessário que o educador se capacite continuamente para a abordagem desse tema [...] (PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011. p. 210).

Na busca realizada nos bancos de artigos e trabalhos científicos: Periódicos Capes; Scielo e Plataforma Bireme (conforme a tabela 1), encontrou-se uma grande quantidade de trabalhos científicos relacionados somente ao descritor *sexualidade*. Esses trabalhos se dividem em inúmeras abordagens como: gênero, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis (com enfoque no HIV), homossexualidade entre outras ramificações. Ao cruzar os descritores *sexualidade* e *deficiência mental* o número de trabalhos cai consideravelmente, mas percebemos que o número sobe novamente e permanece próximo com o cruzamento das palavras *sexualidade* e *família*, ou *sexualidade* e *escola*. Todavia, o número volta a cair ao cruzar os descritores *sexualidade*, *deficiência mental* e/ou *família*, *escola*, considerando ainda, que por vezes eles se repetem.

**Tabela 1**

<b>2004 - 2014</b>	<b>Periódicos CAPES</b>	<b>Scielo</b>	<b>Plataforma Bireme</b>
sexualidade	1.507*	674	2.480
sexualidade; deficiência mental	47	5	85
sexualidade; família	406	49	240
sexualidade; escola	320	63	218
sexualidade; deficiência mental; família	18	-	6
sexualidade; deficiência mental; escola	15	-	6

sexualidade; deficiência mental; educadores	3	-	1
sexualidade; deficiência mental; família; escola	11	-	2

\*Mesclados entre artigos, dissertações e teses.

**Fonte:** Periódicos Capes; Scielo; Plataforma Bireme.

Foram elencados apenas 9 (nove) trabalhos científicos relacionados a temática, pois o número foi afunilando-se após os critérios de busca serem inseridos. O tema sexualidade aparece de modo considerável, tendo-o somente ele como descritor, mas ao cruzar com a deficiência mental, que é o tema central desse trabalho, já não temos tantas obras disponíveis para busca. Conforme apareciam enunciados como: *gênero, homossexualidade, DST, violência sexual*, entre outros, fomos excluindo. A intenção era chegar o mais próximo possível de trabalhos realizados que envolvessem a sexualidade, a deficiência mental, a família e a escola, entretanto, não foi possível alcançar êxito satisfatório na busca, os números de trabalhos são extremamente baixos. Por isso, foi necessário considerar os trabalhos que abordavam a sexualidade com enfoque, por vezes, mais na deficiência, por vezes mais na família ou então escola.

Nos trabalhos estudados percebemos que os autores convergem ao apontar a pessoa com deficiência mental como alvo de preconceito, principalmente quando sua sexualidade é abordada (AMARAL, 2004; GIAMI, 2004; BASTOS e DESLANDES, 2005; MORALES e BATISTA, 2010). Também convergem ao considerar a família e escola como partes essenciais na inclusão e na promoção dos direitos desses sujeitos (AMARAL, 2004; GIAMI, 2004; BASTOS e DESLANDES, 2005; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011). Além disso, corroboram com a questão de que todas as pessoas, independente de possuir ou não alguma deficiência, devem ser esclarecidas quanto ao assunto sexualidade. (BASTOS e DESLANDES, 2005; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011).

A análise nos mostrou ainda que grande parte de pais e educadores sentem-se totalmente inaptos para esclarecer ou então conduzir uma aula sobre orientação sexual para pessoas com deficiência mental (AMARAL, 2004; MORALES e BATISTA, 2010; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011), porque, na maioria das vezes, consideram seus filhos ou alunos incapazes de assimilar qualquer informação sobre o assunto (AMARAL, 2004; MORALES, 2008; MORALES

e BATISTA, 2010; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011). Negar, ou fazer de conta que ela não existe, por vezes se configura em forma de autoproteção, nem sempre a atitude é eficaz, mas acaba tornando-se compreensível. (AMARAL, 2004; GIAMI, 2004; BASTOS e DESLANDES, 2005; MORALES, 2008; MORALES e BATISTA, 2010; PINHO, MENEZES e CARDOSO, 2011).

No trabalho de Morales (2008), em uma pesquisa de intervenção realizada com alunos com deficiência mental, constataram-se consonâncias sobre os conhecimentos que eles possuem no que tange aspectos como a relação sexual, prevenção de DST, masturbação e eventuais abusos sexuais. Alguns possuem mais conhecimentos que outros, percebemos que na maioria das vezes, os meninos evidenciam conhecer mais sobre atitudes relacionadas ao ato sexual, por exemplo, do que as meninas. Estas, na maioria das vezes, não dominam os seus conhecimentos, mas demonstram ser conhecedoras de alguma coisa sobre o tema, mesmo que às vezes mínimos. Imagina-se que os meninos saibam mais que as meninas devido ao grupo social que se inserem. Estes, quando em um determinado grupo, tendem a conversar mais sobre certos assuntos que as meninas julgam ser impróprios. Elas, por sua vez, inseridas em um grupo específico, normalmente conversam sobre beijo e namoro, mas seus conhecimentos são, na maioria das vezes, baseados apenas em conversas informais ou então em imagens vistas na televisão (MORALES, 2008).

Amaral (2004) e Giami (2004) convergem ao enfatizar que é preciso investir em programas de orientação sexual para pais e educadores, isso afetará em seus repertórios culturais e de conduta, contribuindo assim para que a promoção da sexualidade desses indivíduos seja satisfatória. Os dois consideram que o programa pode ser uma alternativa, porque os pais, normalmente, tendem a infantilizar os filhos, considerando-os inaptos para assimilar informações, os educadores por sua vez, os consideram “exibicionistas”, não conseguindo controlar suas atitudes. Ou então, que eles, pais e educadores, poderiam estar contribuindo para que as pessoas com deficiência mental passassem a expressar ainda mais atos relacionados à sexualidade.

No estudo de Amaral (2004), ela constata que esse programa servirá intervindo em atividades que discutirão informações, valores e atitudes relacionadas à sexualidade, vindo de encontro às insuficiências observadas de situações concretas a partir de demandas dos pais de pessoas com deficiência mental. Ela descreve em sua dissertação que os pais nunca haviam iniciado uma conversa sobre sexualidade com seus filhos, mesmo eles demonstrando atitudes que

denotavam interesse em cenas de beijo e sexo, vistas na televisão, e que após o programa de orientação sexual, já conseguiam perceber momentos em que poderiam iniciar uma conversa sobre o assunto (AMARAL, 2004).

Giarni (2004) em seu livro “O anjo e a fera”, descreve um estudo feito com pais e educadores, em que os pais, em sua grande maioria, preferem não abordar o assunto com seus filhos, pois os consideram mesmo já adultos, como “eternas crianças”. Os educadores os veem como pessoas incapazes de controlar a sua sexualidade. Tanto pais como educadores, entram em sintonia ao afirmar que pessoas com “atraso mental” são incapazes de ter uma vida sexual autônoma e saudável, considerando a esterilização uma saída (GIARNI, 2004).

Os trabalhos científicos, ainda permeiam sobre o prisma de que o tema é polêmico e necessita de um trabalho sistemático a fim de promover o direito à sexualidade em todos os âmbitos em que a pessoa com deficiência mental está inserida, principalmente em casa e na escola. Contudo, demonstram que estão caminhando em direção da busca pelo fim do silêncio sobre o assunto, corroborando de forma satisfatória no que tange a sexualidade e a promoção dos direitos sexuais da pessoa com deficiência mental.

### **Considerações finais**

Ao concluir esse trabalho, consideramos que as práticas sobre a sexualidade na deficiência mental ainda permanecem envoltas no misticismo e no preconceito. Deparamo-nos com a escassez de trabalhos na área e uma quantidade enorme de lacunas que ainda persistem ao considerar a temática. Contudo, a gama de trabalhos está crescendo e as pessoas com deficiência mental estão aos poucos sendo incluídas no meio social, ainda que os trabalhos contribuam com maior ênfase na área da saúde, eles começam a surgir com mais intensidade no campo da área pedagógica também.

A deficiência mental e a sexualidade compõem um campo de silêncio e preconceito revestidos pela sociedade, abordar o assunto torna-se um desafio para pais e educadores, pois na maioria das vezes, são abordados de maneira negativa e pessimista, e consideram o deficiente mental como incapaz de assimilar informações.

As pessoas com deficiência mental têm igualmente necessidades sexuais se comparados a qualquer outra pessoa, no entanto, possuem conhecimentos insuficientes no que dizem respeito a

sua sexualidade, suas experiências na maioria das vezes são limitadas e controladas pelos pais e educadores. Diante disso, é de extrema importância e relevância o desenvolvimento de novos trabalhos a fim de investigar como se constituem os conhecimentos, as experiências, necessidades, sentimentos e atitudes dessas pessoas.

Desse modo, julgamos necessária a criação de programas, debates, seminários, eventos, que consigam de alguma maneira debater mais sobre o tema, principalmente com o intuito de realizar atividades de intervenção, trabalhando diretamente com esse grupo específico e assim permitir que a pessoa com deficiência mental possa aprender e esclarecer dúvidas sobre a sua sexualidade e viver de maneira satisfatória e responsável.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, Mariana Clivati do. **Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação para famílias**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos. 2004. 179 p.

BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. **Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 389-397, 2005.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em março de 2015.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural, orientação sexual*. SEF: Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em nov. de 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidade Educativas Especiais**, 1994, Salamanca - Espanha.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** *Paidéia*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

GIAMI, Alain. **O Anjo e a Fera: sexualidade, deficiência mental, instituição.** Tradução em português Lydia Macedo; supervisão da tradução Doris Vasconcellos. São Paulo, Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 2004. 1ª ed.

GOITEIN, Paula Cruz; CIA, Fabiana. **Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional.** *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 43-51, 2011.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP, Autores Associados, 2012. 3ª ed.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL. **Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Brasília. 2009. 1ª ed.

MORALES, Aida Souza. **Apropriação de práticas sociais relativas à sexualidade por jovens adultos com diagnóstico de deficiência intelectual.** Dissertação de Mestrado - UNICAMP. Campinas, SP, 2008. 72 p.

MORALES, Aida Souza; BATISTA, Cecília Guarnieri. **Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Campinas, v. 26, n. 2, pp. 235-244, 2010.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. **Sexualidade e deficiência mental: Revisando pesquisas.** *Psicologia Escolar e Educacional*, Pelotas, v. 8, n. 2, pp. 199-206, 2004.

PINHO, Joana; MENEZES, Maria de Jesus; CARDOSO, Mariana. **Educação sexual da pessoa com deficiência mental: uma revisão bibliográfica.** *Revista Contemporânea de Educação*, Portugal, n. 11, pp. 202-216. 2011.

RAVAGNI, Eduardo. **O que é a sexualidade humana?** Tese de Doutorado - Universidade de Brasília - UnB, Brasília. 2007. 91 p.